

VOCÊ DISSE REVOLUÇÃO? OS DISCURSOS REVOLUCIONÁRIOS NA DÉCADA DE
1930 (BRASIL E URUGUAI)

Carlos Roberto da Rosa Rangel – PPG-UFRGS/UNIFRA

INTRODUÇÃO

Marcelo Baquero destaca que nas últimas décadas ocorreu a passagem do otimismo diante de um cenário de redemocratização para o pessimismo e insatisfação com as “novas democracias”, que pode ser traduzido pela desconfiança da população nas instituições e nos políticos; a fragilização do papel socializador e esclarecedor das instituições de representação, diante da crescente tecnologia da informação; a adoção de práticas políticas informais no lugar do engajamento junto às organizações tradicionais do universo político-institucional; aumento do ceticismo da população em relação a capacidade dos governos enfrentarem e minimizarem as desigualdades sociais e, sobretudo, a institucionalização de uma cultura política altamente individualista, sem capital social e com padrões de comportamento político que pouco ou nada contribuem para a solidificação da democracia.¹

Para esse mesmo autor, em outra publicação², as explicações sobre essa nova crise que paira sobre o sistema político não apenas latino-americano, mas sobre todas as democracias alicerçadas na herança liberal-constitucional-representativa, peca pelo excessivo relevo dado às normas e às instituições que deveriam reger as “verdadeiras” democracias; na ênfase emprestada a uma suposta opinião pública crítica e consciente – minimizando o papel da comunicação de massa e das lideranças carismáticas; assim como na pouca atenção dedicada aos dados empíricos que mostram tanto o desinteresse popular pelo político quanto pelas características específicas de cada região com sua herança cultural, mecanismos psíquicos de massas e um comportamento histórico particularizado das elites locais.

No Brasil e no Uruguai, na década de 1930, ocorreram movimentos sociais que puseram em questão a validade do modelo liberal de participação política e propuseram formas alternativas para realizar as mudanças sociais. Nesta perspectiva, contra o

formalismo democrático das eleições ocasionais e contra os partidos políticos convertidos em verdadeiras oligarquias, grupos de militantes organizaram revoluções que transitavam desde o discurso liberal revolucionário até a matriz lenilista-socialista.

No centro dos conflitos e das clivagens dos diferentes discursos revolucionários estavam os limites da democracia enquanto modalidade de participação política e meio de conversão dos sujeitos em atores políticos capazes de mudar a ordem social. Os sistemas de partidos dos dois países foram centrais no desfecho dado aos conflitos, ora preponderando a negociação, ora prevalecendo os discursos do confronto direto e armado contra os governos autoritários de Gabriel Terra no Uruguai e Getúlio Vargas no Brasil.

ENTRE A NEGOCIAÇÃO E O CONFLITO

A década de 1930, no Brasil caracterizou-se pelo choque entre diferentes discursos sobre participação política freqüentemente excludentes entre si. A ascensão do grupo liderado por Getúlio Vargas em 1930 já era reveladora da diversidade de propósitos que uniam os *revolucionários* daquele 3 de outubro. Remanescentes do tenentismo reformista que não se alinharam à nova filiação do líder Luiz Carlos Prestes (o socialismo lenilista-marxista), setores altamente conservadores sob a liderança de chefes políticos como o gaúcho Borges de Medeiros ou o mineiro Antônio Carlos, representantes da cúpula militar federal, ciosos do papel preponderante que deveriam ter os militares na condução do destino do país e líderes liberais como os libertadores gaúchos e democráticos paulistas unidos em frente única com os partidos republicanos dos seus estados.

Nas acomodações que aconteceram nos dois primeiros anos do governo de Getúlio Vargas já se percebe o surgimento do principal ponto de clivagem entre as forças políticas em confronto. De um lado o nacionalismo desenvolvimentista, com forte inclinação ideológica antiliberal e avessa ao modelo de participação política partidária e eleitoral; de outro, os liberais defensores do federalismo, do liberalismo político com base na democracia formal garantida por uma constituição liberal e um código eleitoral menos suscetível à fraude.

O posterior surgimento do Clube 3 de Outubro, o código dos interventores, o pacto de Posso de Caldas, a tentativa frustrada da difusão das legiões revolucionárias nos estados e o aprofundamento do movimento de inspiração fascista por meio da AIB são indícios do acirramento dos confrontos entre as duas comunidades discursivas anteriormente definidas aqui. A crise de ministérios e a crescente oposição dos liberais de São Paulo (Partido Democrático associado ao Partido Republicano) e do Rio Grande do Sul (Partido Libertador e Partido Republicano), o empastelamento de um jornal oposicionista por seguidores do clube 3 de outubro, a pressão pela Assembléia Constituinte e por um governo paulista para São Paulo desembocaram no levante de 1932.

As razões que separavam os integrantes do *Clube 03 de outubro* (ala mais reformista do grupo que conduziu a revolução de 1930) dos liberais gaúchos ficaram explícitas nas cláusulas do encontro entre republicanos e libertadores em fins de 1931, em um documento que recebeu o nome de *heptálogo*³ no qual exige-se o retorno do país ao regime constitucional (cláusulas dois e três); apela-se para o saneamento da situação financeira de vários Estados, estabelecendo-se uma organização compatível com o sistema federativo; na quinta cláusula, trata-se de definir a ameaça contra os partidos regionais tradicionais, quando se destaca os “prejuízos e perigos decorrentes da ascendência que as classes armadas, na pessoa de alguns elementos, tem tomado, quer na administração dos Estados, principalmente do Norte, quer na política dominante da União”; na seqüência, exigem a extinção da justiça revolucionária, a nomeação de um interventor paulista e civil para São Paulo e de se pôr fim a campanha de isolamento e hostilidades que era feita contra o Rio Grande do Sul.

Tendo o jornal *O Estado do Rio Grande como órgão* oficial os libertadores Na edição de 3-5-1932 atacam o clube Três de Outubro relacionando-o com a prática fascista de aliciamento de sindicatos; em 9-5-1932, defendem a responsabilidade dos partidos e criticam a política classista de Getúlio Vargas; em 10-5-1932, no editorial com o título “Os fundamentos da democracia”, defendem a atuação dos partidos políticos; em 14-5-1932, no editorial “A evolução dos parlamentos”, ocorre novas críticas à política classista; em 16-5-

1932 o jornal responde às críticas de Getúlio Vargas aos partidos regionais, afirmando ser o PL um “partido com interesses nacionais”; em 20-5-1932, com o editorial “A posição do Rio Grande face ao Governo Provisório” afirma-se não bastarem as promessas de Getúlio e que a FUG é totalmente solidária com São Paulo.⁴

Percebe-se que os liberais gaúchos destacavam em seus discursos os seguintes tópicos que serviam de fatores de clivagem entre eles e os aliados do governo federal naquele momento: o constitucionalismo como base da formalidade política; a defesa do regionalismo tanto no nível da autonomia e representação política quanto nos interesses econômicos; acirrada crítica à representatividade com base em classe de trabalhadores, que guardaria uma dimensão não regional; o civilismo em oposição à crescente presença dos militares na política.

Os emblemas civismo, constitucionalismo e o apelo à paulistanidade estavam no centro do discurso mobilizador que propunha a união de todas as classes pela causa paulista. Contudo, ficou evidente a ausência dos trabalhadores rurais e do proletariado urbano no movimento de resistência, de tal forma que a organização política e logística da revolta paulista refletia esse elitismo, tendo como centros coordenadores os dois partidos tradicionais, elementos da alta hierarquia do Exército, polícia estadual, Federação das Indústrias de São Paulo, Associação Comercial e o jornal *O Estado de São Paulo*, ramificados em outros órgãos abertos ao voluntarismo, tais como Superintendência do Serviço Auxiliar de Saúde, Departamento de Assistência aos Feridos, Serviço de Abastecimento às Tropas em Operação, Serviço de Policiamento Civil, etc, estrutura composta predominantemente de jovens oriundos de boas famílias que ostentavam uniformes impecáveis sem terem disparado um único tiro por São Paulo⁵...

Nesse sentido, o discurso revolucionário paulista se inscreve na tradição liberal, na qual a espontaneidade e o voluntarismo das relações sociais - contra uma razão instrumental que apaga o passado e constrói um homem novo - foram os argumentos de primeira hora erguidos pelos liberais contrários ao radicalismo das revoluções populares, a exemplo do que aconteceu com Edmund Burke na sua obra *Reflexões sobre a Revolução*

Francesa (1790), ou do idealista Wilhelm Humboldt em *Idéias para um ensaio de determinação dos limites que circunscrevem a ação do Estado* (1792). Pode parecer contraditório que o liberalismo de um Burke – para quem as mudanças sociais ocorrem progressivamente, de tal forma que “o que melhoramos não é jamais completamente novo e o que conservamos não é nunca completamente velho” – traduza a violência do movimento revolucionário. A explicação está no conceito de ação espontânea (individual ou coletiva) nas mudanças sociais.

No Uruguai, com mais razão de ser, o liberalismo político havia plantado sólidas raízes desde a constituição de 1919, quando o sistema político foi delineado com constantes eleições, voto secreto e sistema de partidos ancorados sobre dois grandes grupos identificadores: os colorados e os nacionais. A presença constante às urnas, a sólida presença dos partidos nas mediações entre sociedade civil e governo, a larga ação dos jornais como instrumentos de mobilização pública, informação e divulgação do posicionamento dos partidos diante das questões em debate fez com que a politização dos uruguaios alcançassem níveis diferenciados em relação aos demais países da América Latina, favorecendo a criação do mito de que o Uruguai seria a *suíça latino-americana*.

Ainda que se tratasse de um mito e mesmo havendo críticas contundentes da elite culta do Uruguai sobre o formalismo democrático, o alto nível de fisiologismo entre políticos e apadrinhados, o claro conservadorismo nas políticas públicas e a baixa rotatividade de líderes, o sistema político uruguaio estava bem mais apto à negociação, ao encaminhamento das demandas sociais e à mediação dos conflitos que o sistema brasileiro da década de 1930. Essa é a razão essencial que explica porque o governo autoritário de Gabriel Terra (1930-1937) não suscitou a mesma resistência violenta por parte de forças de esquerda (comunistas e socialistas) e direita (integralistas) como ocorreu no Brasil com a intentona comunista de 1935 ou o levante integralista de 1938.

A resistência armada no Uruguai veio do setor mais conservador da sociedade, ainda que alimentassem um discurso liberal. Nas vésperas do golpe de estado de Gabriel Terra, em março de 1933, setores políticos ligados aos nacionais e às entidades

econômicas conservadoras, organizavam um levante armado no Norte do país, que foi frustrado pelo acordo estabelecido entre o Presidente e o principal líder da articulação revolucionária, Luiz Alberto de Herrera, um dos últimos remanescentes do estilo político caudilhesco e importante chefe do Partido Nacional. Dessa forma, o golpe de estado não teve a violência da insurreição, pois contou com o apoio de parte importante da oposição (os nacionais herreristas) que somados à parte significativa do partido colorado do Presidente favoreceu a maioria eleitoral.

Na oposição restaram os nacionalistas independentes, os colorados batllistas, os comunistas e socialistas, bem como o partido cívico de feição católica. Juntos não detinham a maioria da representação no parlamento ou no conselho de governo (o poder executivo no Uruguai era constituído por um colegiado de seis membros). A sistemática manipulação da legislação eleitoral e do sistema de representação e controle das eleições, realizada pelos partidos instalados no governo provocou o isolamento dos partidos minoritários, pondo fim a tradição da *coparticipación política*, conquistada pelos nacionais no final do século XIX, que nada mais era do que a garantia de eleição de deputados e membros do conselho do governo ao lado dos representantes dos partidos majoritários.

Essa diminuição do espaço de negociação levou à radicalização das posições políticas, as quais convergiram para duas linhas de ação: a primeira optou pela política do aliancismo, tão em voga naqueles anos de 1930, quando Espanha e França protagonizaram bem sucedidas alianças de forças liberais e socialistas contra o fascismo; a segunda retornou a velha prática dos levantes armados ao norte do país, liderados por caudilhos que pela força das armas forçavam acordos de *coparticipación política*.

A primeira opção foi defendida pelos comunistas e pelos socialistas uruguaios, mas acabou naufragando na rivalidade existente entre essas duas organizações de esquerda e na resistência dos partidos tradicionais em aliar-se aos comunistas que, pelo discurso internacionalista e pela defesa da extinção do regime capitalista e liberal, eram naturalmente percebidos como inimigos e não como aliados espontâneos.

A segunda opção foi encabeçada por Basílio Muñoz, no levante armado de janeiro de 1935, quando forças militares e para-militares invadiram o Uruguai desde as fronteiras do Rio Grande do Sul e foram duramente combatidas pelas forças governamentais. Devido a enorme desproporção de meios entre os rebeldes e o exército, a derrota foi acachapante e os seguidores de Basílio Muñoz acabaram presos ou foram enviados ao exílio. Mas a insatisfação de parcela importante da sociedade uruguaia com o regime de exceção que estava vigorando no país, bem como a crescente articulação das oposições e das manifestações públicas de protestos que a censura não podia mais sufocar, forçou que o sucessor de Terra, o General Baldomir, conduzisse a transição de retorno ao modelo liberal de participação política a partir de 1938, processo esse que só obteve êxito nos primeiros anos da década de 1940.

As negociações entre as forças preponderantes do oficialismo até 1937 (colorados terristas e riveristas associados aos nacionais herreristas) e a oposição conduziu para uma solução de fortalecimento dos dois lemas partidários (colorados e nacionais), quando todas as facções (sub-lemas) tiveram de enquadrar-se em um dos dois grades lemas, submetendo-se a fração que obtivesse maioria eleitoral. Com essa solução, findaram todas as iniciativas do aliancismo e das propostas mais progressistas de mudança social e prevaleceu o arranjo entre forças políticas tradicionais, favorecendo o incremento da previsibilidade na política e da conseqüente estabilidade do sistema.

Previsibilidade eleitoral, baixa rotatividade de líderes, coparticipação política entre situação e oposição mediante rateio de cargos e posições no congresso, convergência conservadora em relação aos movimentos sociais mais agressivos e reivindicativos, sobretudo àqueles associados aos sindicatos e às forças de esquerda, uma constituição fortemente liberal que buscava antecipar-se às demandas sócias mediante previsão de códigos assistencialistas, isso tudo articulado diminuiu os fatores de clivagem às lutas pessoais entre líderes por posições políticas e ao pragmatismo dos partidos políticos na construção e execução dos seus programas. A rigor, não se poderia falar de programas, mas de posicionamentos táticos fortemente afetados pela conjuntura e pela necessidade de

abarcara um número maior de eleitores, independente das suas filiações ideológicas ou necessidades de classe.

Percebe-se que esse processo de alteração do sistema político na direção da política de massas e do pragmatismo eleitoral criou uma certa autonomia do campo político, de tal maneira que somente uma alteração brusca do contexto internacional e das condições materiais de subsistência no contexto nacional seriam capazes de alterar a funcionalidade do sistema político que até então poderia decidir e ratear o poder com relativa autonomia em relação a sociedade civil.

Defendemos a tese de que foi nos anos de 1930 que se fundou, na América Latina e muito especialmente nos dois países que tratamos aqui, as bases de funcionamento do atual sistema político liberal com suas possibilidades de participação política monitorados por sistemas de partidos vocacionados ao pragmatismo eleitoral, ao fisiologismo político, bem como à burocratização da organização partidária e a sua conseqüente *oligarquização*, tal como havia previsto Robert Michels em sua obra clássica sobre a tendência dos partidos políticos converterem-se em oligarquias.⁶

¹ BAQUERO, Marcello. Partidos e cultura política na América Latina: uma combinação de instabilidade política? In BAQUERO, Marcello (Org) *Desafios da democratização na América Latina: debates sobre cultura política*. Porto Alegre: Editora da UFRGS – Centro Universitário La Salle, 1999, p. 15-30.

² BAQUERO, Marcello. A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000, p. 19-20.

³ Arquivo Flores da Cunha, 15-11-31, NUPERGS – UFRGS.

⁴ Museu de comunicação social Hipólito da Costa, Porto Alegre, arquivo de periódicos.

⁵ CARVALHO, Florentino. *A guerra civil de 1932 em São Paulo: uma solução imediata para os grandes problemas nacionais*.

⁶ MICHELS, Robert. *Los partidos políticos: un estudio sociológico de las tendencias oligárquicas de las democracias modernas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.